



Cassado. O deputado federal Chico das Verduras teve a perda do mandato decretada pela Mesa Diretora da Câmara ontem. Em março, o TRE de Roraima cassou o mandato do parlamentar, acusado por compra de votos.

www.twitter.com/gazetapolitica

www.agazeta.com.br/politica

POLÍTICA

Ação conjunta. Pacote de ações será lançado imediatamente após o programa “Brasil sem Miséria”

Um ano para incluir 41 mil no programa Bolsa-Família

NESTOR MÜLLER/SECOM

Já o Bolsa-Família estadual deve ser implementado pelo governo a partir do ano que vem

VITOR VOGAS

vvogas@redgazeta.com.br

■ O governo estadual quer levar o Bolsa-Família – programa de transferência direta de renda do governo federal – a mais 41 mil famílias capixabas num intervalo de um ano. O prazo estipulado pela gestão de Renato Casagrande (PSB) será contado a partir do lançamento do programa estadual de combate à pobreza, a ser anunciado em breve, conforme informou ontem o secretário estadual de Assistência Social e Direitos Humanos, Rodrigo Coelho (PT).

Segundo o secretário, o pacote inicial de ações para cumprir uma das metas prioritárias de Casagrande será lançado imediatamente após a presidente Dilma Rousseff (PT) lançar oficialmente o programa “Brasil sem Miséria” – extensão do Bolsa-Família, com o objetivo de extirpar a miséria do país. Segundo a assessoria do Ministério do

Coelho não quis adiantar detalhes sobre o programa estadual de combate à pobreza, mas afirmou que ele será complementar ao “Brasil sem Miséria”. “O programa que vamos lançar vai ter íntima ligação com o programa federal. Ele não será idêntico, mas as ações serão conjuntas e complementares.”

METAS

Na fase inicial, afirma o secretário, uma das metas principais do governo estadual será ampliar a cobertura do Bolsa-Família aos 41 mil lares que hoje não recebem o benefício, embora, tecnicamente, pudessem estar recebendo. O número equivale à diferença entre as 231,6 mil famílias capixabas que hoje estão inseridas no Cadastro Único (CadÚnico) – banco de dados informatizado pelo qual o Bolsa-Família é gerido – e as quase 190 mil famílias que hoje efetivamente recebem a bolsa no Estado.

Ainda segundo Coelho, além de aumentar a eficácia do CadÚnico, o programa capixaba vai incorporar gradualmente uma série de ações, seguindo um cronograma traçado pelo governo. O próprio governador



POBREZA. Segundo Rodrigo Coelho, meta inicial é ampliar a cobertura do programa federal

Ex-prefeito ganha cargo no governo

■ O ex-diretor-presidente do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (Idaf) e ex-prefeito de Nova Venécia Francisco Diomar Forza (PMDB) foi nomeado para um cargo comissionado no governo de Renato Casagrande (PSB). De acordo com ato publicado ontem no Diário Oficial, ele será assessor técnico da Secretaria de Desenvolvimento Urbano. No governo passado, Forza trabalhava na mesma pasta, mas em cargo de maior projeção: era gerente de Habilitação e Regularização Fundiária. Em 2010, ele foi candidato a deputado estadual na chapa “Juntos pelo Espírito Santo” – que reuniu PT, PSB e PMDB –, mas não conseguiu se eleger. Forza é advogado e governou Nova Venécia de 1997 a 2000, ano em que não conseguiu a reeleição.

a assessoria do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o “Brasil sem Miséria” ainda não tem data certa para ser lançado, mas as linhas gerais do programa já foram anunciadas pela ministra Tereza Campello (PT) – veja box abaixo.

governo. O próprio governador já informou que o Estado deve lançar, ano que vem, um programa estadual de transferência de renda para complementar o valor que as famílias pobres recebem diretamente da União – é o Bolsa-Família Estadual.

Instituto entregou estudo ao governo

Conclusões apontam que Bolsa-Família estadual não teria grande impacto no combate à pobreza

■ O Instituto Jones dos Santos Neves (ISJN) já concluiu e apresentou o estudo encomendado pelo governador Renato Casagrande (PSB) para analisar a viabilidade de um programa estadual de transferência direta de renda para complementar o Bolsa-Família. O resultado não chegou a “dar negativo”, mas as conclusões do estudo apontam que um programa como esse geraria pouco impacto em termos de redução da pobreza no Estado.

Conforme o “Mapa da Vulnerabilidade Social no Espírito Santo” – desenvolvido pelo ISJN e pela Secretaria de Assistência Social e apresentado em fevereiro ao secretário –, o estudo considerou duas possibilidades: na primeira delas, o Estado se encarregaria de fazer a transferência de renda a todas as famí-

lias que, embora estejam inscritas no Cadastro Único do Bolsa-Família, não estão recebendo o benefício do governo federal.

Na segunda opção, a administração estadual poderia “complementar um valor adicional” a famílias que já recebem o benefício do Ministério do Desenvolvimento Social. Entre elas, teriam prioridade aquelas “cuja raça seja negra, chefiadas por mulheres, com crianças de zero a seis anos, cujo domicílio não possui esgotamento sanitário, infraestrutura adequada e outros”. Esses grupos foram definidos como prioritários porque, de acordo com estudos científicos, são justamente aqueles que apresentam maior vulnerabilidade social.

De acordo com o secretário de Estado de Assistência Social, Rodrigo Coelho (PT), o governo estadual ainda não decidiu se vai lançar ou não o Bolsa-Família estadual. O próprio Casagrande, no entanto, já afirmou que isso deve ocorrer no ano que vem.

Ações em conjunto

Programas dos governos federal e estadual no combate à pobreza

■ BOLSAL-FAMÍLIA

■ **Carro-chefe.** Um dos carros-chefes do governo Lula (PT) e agora do governo Dilma (PT), o Bolsa-Família é o programa federal de transferência direta de renda, mediante algumas condições, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. O programa é gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

■ BRASIL SEM MISÉRIA

■ **Ampliação.** A rigor, o plano é a ampliação do Bolsa-Família e vai trabalhar em três frentes integradas: complementação de renda, acesso aos serviços públicos e oportunidades de trabalho. Com isso, o governo Dilma pretende retirar da extrema pobreza 16,2 milhões de brasileiros que vivem com renda familiar mensal de até R\$ 70 por pessoa.

■ PLANO ESTADUAL DE COMBATE À MISÉRIA

■ **Complemento.** Segundo o

secretário de Assistência Social, Rodrigo Coelho (PT), o governo estadual vai lançar programa próprio de combate à pobreza, para completar, no Estado, o “Brasil sem Miséria”. Mais que isso: o secretário afirma que o governo quer que o Estado seja o primeiro do país a lançar programa desse tipo.

■ **Meta.** A meta de Casagrande, em consonância com a da presidente, é acabar com a miséria no Estado até o fim do mandato. Em sintonia com o “Brasil sem Miséria”, o programa capixaba pode seguir os três eixos do federal, mas “não necessariamente vai replicá-los”, afirma Coelho.

■ **Redução.** Em 2001, o número de pobres e extremamente pobres no Estado correspondia, respectivamente, a 32,8% e 12% da população. Em 2009, o número diminuiu, respectivamente, para 15% e 3,6%. O governo considera “pobres” famílias cuja renda domiciliar per capita não passa de R\$ 157,56 por mês.

Ações são debatidas em Nova Venécia

Até ontem, 60 propostas foram deixadas por internautas em site interativo do PPA

■ Até às 19 horas de ontem, o governo estadual recebeu 60 sugestões para três microrregiões no PPA Online, página desenvolvida pela Superintendência de Comunicação Social (Secom), em parceria com a Secretaria de Planejamento, para aprofundar a participação social na elaboração do Plano Plurianual de Aplicações (PPA).

As sugestões deixadas pelos internautas vão ajudar a embasar as discussões nas duas primeiras audiências públicas do governo com a sociedade capixaba para formular o PPA – ao todo, serão 10.

A primeira delas está marcada para hoje, em Nova Venécia, às 13 horas, no Ginásio Poliesportivo Getúlio Vargas Martins. Essa audiência diz respeito às microrregiões Noroeste 1 e Noroeste 2, que contemplam outros dez municípios além de Nova Venécia. A segunda será em Colatina, amanhã, também às 13 horas, no SEST/SENAT, englobando todo o Polo Colatina (também formado por Alto Rio Novo, Baixo Guandu, Governador Lin-

denberg, Marilândia e Pancas).

No caso de Nova Venécia, o prazo para as sugestões foi encerrado ontem, às 17 horas. Mas, no de Colatina, quem quiser ainda pode deixar o seu recado, até às 17 horas de hoje.

De acordo com o relatório parcial do PPA Online, monitorado pela Secom, 35 propostas foram enviadas para Nova Venécia, e outras 25 foram para Colatina até agora. Dos seis eixos em que o cidadão pode opinar, o que mais recebeu propostas em Nova Venécia foi o de Prevenção e Redução da Criminalidade – foram oito sugestões, no total.

O PPA é a lei de autoria do Executivo por meio da qual o governo fixa todas as metas, programas e investimentos pelos próximos quatro anos (no caso, de 2012 a 2015).

Participação

176 pessoas

■ É o número de cidadãos que já haviam se cadastrado, até às 19h de ontem, no PPA Online, página criada pelo governo nos moldes de uma rede social.